

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA INSTITUTO
DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

DANILO VIEIRA DOS SANTOS

O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA ATIVIDADE POLICIAL.

Artigo apresentado à Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador/a: Prof. Alexandre De Rezende Pinto.

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **DANILO VIEIRA DOS SANTOS**, acadêmico do Curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 113180004, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA ATIVIDADE POLICIAL**, desenvolvido durante o período de 27 DE FEVEREIRO DE 2026 a 13 DE ABRIL DE 2026 sob a orientação de ALEXANDRE DE REZENDE PINTO, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **DANILO VIEIRA DOS SANTOS**
Data: 12/04/2026 23:28:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DANILO VIEIRA DOS SANTOS

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA ATIVIDADE POLICIAL

DANILO VIEIRA DOS SANTOS¹

RESUMO

A Polícia Militar, instituída como força auxiliar e reserva do Exército, possui como função principal a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo, atuando como a primeira linha de defesa do Estado contra a criminalidade, seja ela em seus distintos níveis. Especificamente no estado de Rondônia, objeto de estudo deste artigo, essa atuação enfrenta desafios singulares devido à sua posição geográfica de fronteira, que intensifica o fluxo do tráfico de drogas e a atuação de facções criminosas, submetendo o efetivo policial a um regime de tensão constante e risco iminente de morte. Dentro desta contextualização, o presente artigo tem como objetivo analisar a percepção dos policiais militares de Rondônia (RO) sobre os fatores psicossociais do estresse ocupacional e identificar como essa condição impacta a qualidade do serviço prestado à sociedade. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática, confrontando dados de relatórios oficiais de segurança pública com a literatura especializada em saúde mental policial. Os resultados encontrados na literatura indicam uma correlação direta entre o estresse crônico, geralmente manifestado por meio de burnout e irritabilidade, além da diminuição da eficiência operacional, resultando em potenciais erros procedimentais e em um distanciamento da comunidade. Conclui-se que, para mitigar o problema em Rondônia, é imperativo que a corporação adote políticas institucionais de suporte psicológico preventivo e gestão humanizada, reconhecendo o policial como o ativo mais valioso da segurança pública.

Palavras-chave: Polícia Militar. Estresse Ocupacional. Segurança Pública. Rondônia. Qualidade do Serviço.

1. INTRODUÇÃO

As forças policiais desempenham um papel essencial na manutenção da ordem pública e na contenção de situações que possam comprometer a estabilidade social, constituindo-se como um dos principais instrumentos do Estado para garantir a convivência harmoniosa em sociedade, no Brasil, a formação dessas instituições remonta ao início do século XIX, especialmente com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, momento em que se iniciaram as primeiras estruturas organizadas de segurança pública. Desde então, as corporações policiais passaram por um processo contínuo de transformação e aperfeiçoamento, acompanhando as mudanças sociais, políticas e institucionais do país (BEATO; ZILLI, 2019).

Ao longo desse desenvolvimento histórico, as Polícias Militares consolidaram-se como a principal força de policiamento ostensivo, sendo responsáveis pela prevenção de delitos e pela preservação da ordem pública, tal atribuição foi formalmente estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente em seu artigo 144, que define a organização da segurança pública e delimita as competências dos seus órgãos, nesse contexto, cabe às Polícias Militares o exercício exclusivo do policiamento ostensivo, além da responsabilidade direta pela manutenção da ordem pública, o que evidencia sua relevância no aparato estatal (BRASIL, 1988).

Atualmente, a Polícia Militar representa a principal força policial em termos de presença territorial e atuação cotidiana junto à sociedade, contudo, apesar de sua importância estratégica, há uma significativa defasagem no efetivo disponível, estimativas apontam que o Brasil possui cerca de 404.871 policiais militares na ativa, número inferior ao considerado ideal por especialistas da área de segurança pública, que sugerem um contingente aproximado de 584.462 profissionais para atender adequadamente às demandas da população. Isso significa que o país opera com cerca de 69,3% do efetivo necessário, o que pode impactar diretamente na eficiência das ações policiais e na qualidade do serviço prestado (FBSP, 2024).

No âmbito dos estados, essa insuficiência também se faz presente, em Rondônia, por exemplo, a Polícia Militar do Estado (PMRO) possui uma previsão de aproximadamente 5.000 policiais militares em seu quadro efetivo, entretanto, assim como em outras unidades federativas, desafios relacionados à recomposição e ampliação desse contingente ainda persistem, o que pode comprometer a capacidade operacional e a cobertura adequada das atividades de segurança pública.

Além das atribuições legais, os policiais militares estão submetidos a um rigoroso regime jurídico, baseado nos princípios da hierarquia e da disciplina, conforme estabelecido nos estatutos das corporações estaduais, esse modelo organizacional exige dos profissionais elevados padrões de conduta, comprometimento ético e constante prontidão para atuação em situações de risco e crise, reforçando o caráter singular da atividade policial militar (BRASIL, 1988).

Ademais, é importante destacar que a relevância das forças policiais transcende a simples aplicação da lei, uma vez que essas instituições atuam como garantidoras do Estado Democrático de Direito e da paz social, nesse sentido, a

¹ Matrícula: 113180004 – Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – DANT_VIEIRA_DAN_PM@HOTMAIL.COM – Artigo apresentado a Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista – Orientador: Alexandre de Rezende Pinto.

atividade policial envolve não apenas o enfrentamento da criminalidade, mas também a mediação de conflitos e a promoção da sensação de segurança na sociedade, portanto, tais responsabilidades impõem elevados níveis de resiliência física e psicológica aos profissionais, tornando a carreira policial uma das mais exigentes e suscetíveis ao desgaste ocupacional (BENEDETTO, 2021; COSTA; SILVA, 2020).

Dessa forma, observa-se que, embora as Polícias Militares desempenhem funções indispensáveis para a manutenção da ordem social e estejam amparadas por um sólido arcabouço legal, ainda enfrentam desafios estruturais relevantes, especialmente no que se refere ao déficit de efetivo e às condições de trabalho, tal cenário reforça a necessidade de investimentos contínuos e de políticas públicas voltadas à valorização desses profissionais, de modo a assegurar maior eficiência na prestação do serviço e melhores condições para o exercício da atividade policial. Trazendo para a perspectiva regional, Rondônia é um Estado localizado na região Norte do País, famoso, pela criação de gado, e agricultura de grãos, café, cacau. É um local de grandes riquezas, mas que há cerca de 10-15 anos vem sendo invadido pelas facções criminosas. E, no cenário específico do estado de Rondônia, a dinâmica criminal apresenta contornos de alta complexidade, influenciada diretamente por sua extensa fronteira com a Bolívia, um dos maiores produtores mundiais de cocaína, o que transforma a região em um corredor estratégico para o tráfico internacional de entorpecentes e armas.

De acordo com dados recentes divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, observa-se que a intensificação das disputas territoriais entre facções criminosas de atuação nacional tem contribuído significativamente para o aumento dos índices de letalidade violenta intencional na região Norte do Brasil, esse cenário está diretamente relacionado à expansão e ao fortalecimento dessas organizações criminosas, que buscam consolidar o controle de rotas estratégicas para o tráfico de drogas, armas e outros ilícitos, ampliando sua influência sobre áreas urbanas e regiões de fronteira (FBSP, 2024).

Como consequência desse contexto, os indicadores de homicídios, latrocínios e outras formas de violência letal têm apresentado crescimento preocupante, refletindo um ambiente de elevada instabilidade e insegurança, nesse sentido, as forças de segurança pública que atuam na região passam a enfrentar desafios cada vez mais complexos, sendo constantemente demandadas a intervir em conflitos marcados por alto grau de organização criminosa e uso intensivo de armamentos.

Dessa forma, a atuação policial na região Norte aproxima-se, em muitos aspectos, de um cenário caracterizado como de guerra assimétrica, no qual há um evidente desequilíbrio entre os recursos disponíveis ao Estado e as estratégias adotadas pelos grupos criminosos, esse tipo de conflito impõe às instituições policiais não apenas o enfrentamento direto da criminalidade, mas também a necessidade de adaptação tática, fortalecimento da inteligência e desenvolvimento de ações integradas, a fim de mitigar os impactos da violência e restabelecer a ordem pública (FBSP, 2024).

Tal condição e fatores impõe aos policiais militares rondonienses uma carga de trabalho exaustiva, caracterizada não apenas pelo combate ao crime comum, mas também pelos crescentes enfrentamentos a grupos ligados à organizações criminosas, exigindo respostas rápidas e assertivas que, muitas vezes, superam a capacidade logística disponível (IPEA, 2020).

Trata-se de uma condição que exige atenção e cuidados específicos, sendo caracterizada como um cenário operacional adverso, no qual os policiais militares são expostos, de forma contínua a elevados níveis de estresse laboral, esses estressores manifestam-se de diferentes maneiras, incluindo jornadas de trabalho prolongadas e desgastantes, rigidez nos regulamentos internos, elevada cobrança institucional, além do risco constante de morte inerente à atividade policial, somando-se a isso a pressão exercida pela sociedade e pela opinião pública, que frequentemente demandam respostas rápidas e resultados imediatos no combate à criminalidade.

A exposição prolongada a esse conjunto de fatores pode desencadear impactos significativos na saúde dos profissionais, favorecendo o desenvolvimento de adoecimentos tanto físicos quanto mentais, dentre as principais consequências, destacam-se a Síndrome de Burnout, caracterizada pelo esgotamento extremo relacionado ao trabalho, além de quadros de ansiedade, estresse crônico e transtorno de estresse pós-traumático. Tais condições comprometem de maneira relevante as capacidades cognitivas, emocionais e comportamentais dos agentes de segurança, refletindo diretamente no desempenho profissional e na qualidade de vida desses indivíduos (OLIVEIRA; CODO, 2019).

Previamente pode-se entender que as consequências desse quadro ultrapassam a esfera individual, repercutindo diretamente na qualidade do serviço prestado à população (objeto de estudo deste artigo), uma vez que o policial estressado (ou em condições não adequadas de serviço) tende a apresentar redução no tempo de reação, dificuldade na tomada de decisões críticas e maior propensão ao uso excessivo da força ou, no extremo oposto, à apatia operacional (BEATO; ZILLI, 2019).

Deste modo, buscando-se compreender a profundidade dessa problemática, este estudo adotou uma metodologia de natureza qualitativa e exploratória, baseada em levantamento bibliográfico e análise documental de normas e relatórios de segurança pública, conforme preconizado por Gil (2019). A pesquisa buscou articular os conceitos teóricos da psicologia do trabalho com a realidade fática da atividade policial, utilizando como base autores renomados na área de segurança e saúde ocupacional, de forma geral, esta pesquisa busca, por meio da literatura, proporcionar aos policiais militares e aos interessados na área um entendimento mais aprofundado acerca dos fatores que contribuem para o estresse ocupacional, bem como suas repercussões na qualidade do serviço de segurança pública.

¹ Matrícula: 113180004 – Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – DANT_VIEIRA_DAN_PM@HOTMAIL.COM – Artigo apresentado a Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista – Orientador: Alexandre de Rezende Pinto.

O objetivo central do artigo é, portanto, analisar como os fatores psicossociais do estresse que influenciam a atividade policial em Rondônia (RO) e propor reflexões que subsidiem a criação de mecanismos de proteção à saúde do policial, visando, em última instância, a melhoria da segurança pública ofertada ao cidadão rondoniense.

Com base nesta contextualização inicial apresento.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR E O CONTEXTO OPERACIONAL EM RONDÔNIA

A Polícia Militar é uma instituição secular fundamentada nos pilares da hierarquia e da disciplina, sendo a face mais visível do Estado ao cidadão comum, atuando preventivamente para inibir ilícitos penais e garantir a fluidez da vida em sociedade, a Polícia Militar é certamente uma espada que garante a paz dentro do contexto social (BRASIL, 1988).

Dentre as suas funções precípua, delimitadas constitucionalmente (CF 1988) estão: o patrulhamento ostensivo em diversas modalidades, o atendimento de ocorrências emergenciais e a gestão de crises, exigindo do policial uma polivalência técnica e emocional para lidar com situações que variam desde conflitos domésticos até confrontos armados de alta intensidade (BRASIL, 1988).

No Brasil, o conjunto normativo que regula a atuação das Polícias Militares é amplo, complexo e estruturado por normas de natureza federal e estadual, o que evidencia o elevado grau de formalização dessas instituições, esse arcabouço jurídico abrange desde dispositivos constitucionais até legislações específicas, como o Código Penal Militar, e os regulamentos disciplinares internos, os quais estabelecem deveres, condutas e sanções aplicáveis aos integrantes da corporação, tal estrutura normativa não apenas orienta a atuação profissional, mas também molda o comportamento e a postura dos policiais militares no exercício de suas funções.

Nesse contexto, observa-se que as normas que regem a atividade policial militar impõem um elevado nível de responsabilidade e comprometimento, frequentemente exigindo do profissional uma postura de sacrifício em prol da coletividade, em diversas situações, o cumprimento do dever coloca o policial diante de riscos concretos à sua integridade física e à própria vida, sobretudo em cenários de enfrentamento à criminalidade violenta, essa realidade contribui para a formação de uma cultura organizacional pautada na abnegação, na resistência e na resiliência, valores que são constantemente reforçados no cotidiano institucional.

Além disso, essa cultura tende a naturalizar a exposição ao perigo e ao sofrimento, fazendo com que o risco seja percebido como parte inerente da profissão do policial militar, nesse sentido, é frequentemente compreendido como um agente público que se mantém permanentemente à disposição da sociedade, assumindo a responsabilidade de protegê-la mesmo diante de circunstâncias adversas e, por vezes, extremas. Tal condição reforça a ideia de que o exercício da função policial ultrapassa os limites de uma atividade profissional convencional, aproximando-se de uma missão que exige dedicação integral.

Dessa forma, é possível compreender que o policial militar, ao desempenhar suas atribuições, muitas vezes coloca em segundo plano interesses e garantias individuais, priorizando a defesa da ordem pública e da coletividade, em última análise, trata-se de um profissional que, no cumprimento do dever, pode vir a sacrificar o seu bem mais valioso, a própria vida em benefício da sociedade, o que evidencia a relevância e, ao mesmo tempo, a complexidade da função desempenhada (ROCHA, 2013).

No estado de Rondônia, a atuação da Polícia Militar reveste-se de características singulares devido à geografia do estado, que serve como porta de entrada para a Amazônia Legal e possui fronteira direta com países produtores de drogas. A presença do Estado, muitas vezes materializada apenas pela farda da Polícia Militar em regiões remotas e ribeirinhas, é fundamental para a soberania nacional e para a contenção dos crimes transfronteiriços que alimentam a violência nos grandes centros urbanos do país (FBSP, 2024).

O policial militar rondoniense, portanto, não atua apenas como um agente de segurança local, mas como uma peça chave na engrenagem de segurança nacional, enfrentando desafios logísticos impostos por grandes distâncias, estradas vicinais de difícil acesso e um clima equatorial que desgasta fisicamente o efetivo (SESDEC, 2023).

A criminalidade em Rondônia tem sofrido mutações significativas na última década, migrando de um perfil de crimes isolados para a atuação coordenada de facções criminosas que disputam o controle das rotas de tráfico, especialmente na região conhecida como "Cone Sul" e ao longo da BR-364 (IPEA, 2020).

Estudos indicam que a interiorização do crime organizado trouxe para cidades médias, como exemplo a cidade de Cacoal/Rondônia, dinâmicas de violência antes restritas às capitais, aumentando a sensação de insegurança e a demanda por policiamento ostensivo mais agressivo e constante (BEATO; ZILLI, 2019).

Essa nova realidade operacional exige que o policial militar esteja em constante estado de alerta, uma condição de hipervigilância que, embora necessária para a sobrevivência, gera um desgaste fisiológico cumulativo (SOUZA; MINAYO, 2018).

Além das questões de segurança pública, aspectos culturais e regionais influenciam o trabalho policial em Rondônia, onde a cultura do "desbravador" e a história de colonização recente criaram uma sociedade que valoriza a força e a resolução rápida de

¹ Matrícula: 113180004 – Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – DANT_VIEIRA_DAN_PM@HOTMAIL.COM – Artigo apresentado a Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista – Orientador: Alexandre de Rezende Pinto.

conflitos, o policial militar, inserido nesse contexto, muitas vezes se vê pressionado a adotar posturas mais enérgicas para legitimar sua autoridade perante a comunidade, o que pode gerar conflitos éticos e operacionais quando confrontado com os princípios dos Direitos Humanos e da técnica policial moderna (IPEA, 2020).

A complexidade do tecido social rondoniense, que mistura populações urbanas, rurais, indígenas e ribeirinhas, exige do policial uma flexibilidade adaptativa que nem sempre é acompanhada pelo treinamento técnico oferecido, gerando insegurança jurídica e operacional na tropa (OLIVEIRA, 2021).

Mais especificamente Cacoal, onde o autor do artigo reside, considerado município polo da região do Café, reflete esse microcosmo estadual, apresentando um crescimento urbano acelerado que traz consigo o aumento dos índices de furtos, roubos e tráfico de drogas doméstico. A Polícia Militar local, embora reconhecida por sua eficiência, enfrenta o desafio crônico do déficit de efetivo frente ao aumento populacional, o que obriga os policiais a dobrarem suas escalas de serviço através de bancos de horas ou serviços voluntários remunerados para suprir a demanda (SESDEC, 2023).

Essa sobrecarga laboral, somada à responsabilidade de manter a ordem em uma cidade universitária e comercialmente ativa, cria um ambiente propício para o desenvolvimento de estressores organizacionais severos (OLIVEIRA; CODO, 2019).

É dentro deste contexto e realidade que busca-se avaliar como o Policial Militar tem lidado com todas estas nuances e como o estresse ocupacional tem influenciado negativamente na qualidade do serviço de segurança pública a população.

2.2 O ESTRESSE OCUPACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DO POLICIA

O estresse ocupacional pode ser compreendido como um conjunto de alterações de natureza orgânica e psicológica que surgem em decorrência de estímulos provenientes do ambiente de trabalho, especialmente quando tais demandas ultrapassam a capacidade de adaptação e enfrentamento do indivíduo, esse processo resulta em um desequilíbrio do organismo, afetando o estado de homeostase e comprometendo o funcionamento saudável tanto do corpo quanto da mente, trata-se, portanto, de uma resposta complexa que envolve fatores físicos, emocionais e cognitivos, podendo se manifestar de diferentes formas, a depender das condições laborais e das características individuais de cada profissional.

No contexto da atividade policial, o estresse ocupacional assume contornos ainda mais intensos e persistentes, não se configurando como um evento pontual, mas como uma condição crônica inerente à própria natureza da profissão, isso ocorre porque o cotidiano do policial é marcado pela exposição contínua a situações extremas, como violência, sofrimento humano, morte e conflitos sociais, o que exige um elevado nível de preparo emocional e psicológico para lidar com tais experiências, essa convivência frequente com cenários adversos tende a gerar uma sobrecarga emocional significativa ao longo do tempo.

Diante dessa realidade, muitos profissionais desenvolvem mecanismos de defesa psíquica como forma de adaptação, sendo comum a construção de uma espécie de “barreira emocional” que lhes permite continuar exercendo suas funções, no entanto, embora essa estratégia possa ser funcional em curto prazo, ela pode acarretar consequências negativas a médio e longo prazo, como o embotamento afetivo, caracterizado pela redução da capacidade de expressar ou sentir emoções de maneira plena, esse fenômeno pode impactar não apenas a vida profissional, mas também as relações pessoais e a qualidade de vida do indivíduo.

Assim, evidencia-se que o estresse ocupacional na atividade policial não deve ser analisado de forma superficial, uma vez que está profundamente relacionado às características estruturais da profissão e às exigências impostas aos seus agentes, a compreensão desse fenômeno é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção, visando à preservação da saúde física e mental dos profissionais de segurança pública (SOUZA; MINAYO, 2018).

A literatura especializada aponta que o estresse policial é multifatorial, derivando tanto de fatores operacionais (risco de morte, horários irregulares) quanto organizacionais (falta de reconhecimento, autoritarismo, falta de equipamentos adequados) (LIPP, 2016).

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um dos órgãos mais renomados na temática, demonstram que profissionais de segurança pública apresentam índices de vitimização e adoecimento mental superiores à média da população geral, sendo o estresse um gatilho para diversas patologias, a exposição contínua ao cortisol e à adrenalina, hormônios liberados em situações de perigo, sem o devido período de recuperação, causa danos sistêmicos ao organismo, incluindo hipertensão, problemas gástricos e distúrbios do sono, muito comuns entre os militares estaduais (IPEA, 2020).

Oportuno mencionar ainda que o estresse vai além do mental, atingindo o físico também, inúmeras doenças podem ser desenvolvidas em virtude do estresse: vitiligo, fibromialgia, doenças dermatológicas, cardíacas, entre outras. Além dos danos físicos, o impacto psicológico é devastador, levando a quadros de ansiedade generalizada e depressão, muitas vezes mascarados pelo medo de buscar ajuda e sofrer estigmatização dentro da caserna (OLIVEIRA; CODO, 2019).

Uma das consequências mais severas do estresse ocupacional não tratado é a Síndrome de Burnout, caracterizada pelo esgotamento profissional, despersonalização e baixa realização pessoal, transformando o policial vibrante em um profissional cínico e

¹ Matrícula: 113180004 – Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – DANT_VIEIRA_DAN_PM@HOTMAIL.COM – Artigo apresentado a Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista – Orientador: Alexandre de Rezende Pinto.

indiferente. O policial acometido por burnout perde a capacidade de empatia com a vítima e com a sociedade, passando a tratar as ocorrências de forma mecanizada e fria, o que aumenta drasticamente a probabilidade de conflitos desnecessários durante as abordagens (BENEDETTO, 2021).

Importa salientar ainda que a despersonalização leva o agente a ver o cidadão não como um sujeito de direitos, mas como um objeto ou um obstáculo ao seu trabalho, deteriorando a legitimidade da instituição policial (SOUZA; MINAYO, 2018).

A relação entre estresse ocupacional e o aumento do uso abusivo de álcool e outras substâncias também é amplamente documentada na literatura como uma forma disfuncional de coping (enfrentamento), utilizada por policiais para aliviar a tensão diária, essa válvula de escape, no entanto, agrava os problemas sociais e familiares do policial, criando um ciclo vicioso de deterioração da saúde mental que pode culminar em tragédias pessoais, como o suicídio, cujas taxas entre policiais são alarmantemente superiores às da sociedade civil (FBSP, 2024). Pode-se concluir previamente que o estresse, deixa de ser apenas um problema de saúde ocupacional para se tornar uma questão de sobrevivência da própria força de trabalho policial (MINAYO, 2017).

O policial militar é um indivíduo multifacetado, e que muitas vezes é influenciado pelo estresse advindo da vida familiar do policial militar (separações, crises financeiras, luto, etc), afetam o estado emocional e de equilíbrio deste profissional; além é claro da irritabilidade e o estado de alerta trazidos da rua contaminam o ambiente doméstico, gerando divórcios e distanciamento dos filhos. A falta de uma base familiar sólida, que deveria servir como porto seguro e fator de proteção psíquica, retira do policial um dos seus principais pilares de estabilidade emocional, retroalimentando o estresse vivenciado no trabalho (COSTA; SILVA, 2020).

É fundamental compreender que o policial é um ser biopsicossocial e que a degradação de sua esfera privada, causada pelo trabalho, retornará como prejuízo para a própria corporação na forma de absenteísmo e licenças médicas (OLIVEIRA; CODO, 2019).

2.3 A QUALIDADE DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA E A CONFIANÇA SOCIAL

A segurança pública configura-se como um direito fundamental de todos os cidadãos e, simultaneamente, como um dever indeclinável do Estado, sendo elemento indispensável para a manutenção da ordem social e para o pleno exercício da cidadania, no entanto, a análise da sua efetividade não deve se restringir apenas a indicadores quantitativos, como números de prisões ou índices de criminalidade, mas também deve considerar aspectos qualitativos, como a sensação de segurança percebida pela população e o nível de confiança depositado nas instituições policiais, esses fatores subjetivos são determinantes para a legitimidade da atuação estatal e para a construção de uma relação de proximidade entre sociedade e forças de segurança (BEATO; ZILLI, 2019).

Nesse sentido, um serviço de segurança pública eficiente e de qualidade pressupõe não apenas a existência de recursos materiais e tecnológicos adequados mas, sobretudo, a presença de profissionais devidamente capacitados, equilibrados emocionalmente e preparados para atuar em contextos de alta complexidade, os agentes de segurança pública precisam estar aptos a exercer suas funções com base na técnica, na legalidade e no respeito aos direitos fundamentais, desempenhando não apenas o papel repressivo, mas também funções preventivas e de mediação de conflitos.

Contudo, essa atuação qualificada torna-se significativamente comprometida quando o profissional se encontra em estado de exaustão mental e emocional, o desgaste psicológico, decorrente das condições adversas de trabalho, pode afetar diretamente a capacidade de tomada de decisão, o controle emocional e a habilidade de lidar com situações de estresse e conflito, nesses casos, há o risco de prejuízo tanto para a atuação individual do agente quanto para a imagem institucional da corporação.

Dessa forma, é possível afirmar que a qualidade da segurança pública está intrinsecamente relacionada ao bem-estar físico e mental dos seus profissionais, investir na saúde mental dos agentes não é apenas uma medida de valorização profissional, mas uma estratégia fundamental para garantir a eficiência do serviço prestado à sociedade, fortalecendo a confiança nas instituições e promovendo uma atuação mais humana, técnica e alinhada aos princípios do Estado Democrático de Direito (BEATO; ZILLI, 2019).

A sociedade espera do policial uma conduta exemplar e protetora, e a quebra dessa expectativa, muitas vezes causada por reações desproporcionais de agentes estressados, gera um abalo na credibilidade institucional que demora anos para ser reconstruída (FBSP, 2024).

O estresse ocupacional interfere diretamente na capacidade cognitiva do policial, prejudicando o julgamento rápido e a percepção de cenário, habilidades cruciais para a sobrevivência policial e para a legalidade da ação, um policial sob forte estresse tende a interpretar estímulos neutros como ameaças (efeito "visão de túnel"), o que pode levar a erros letais, como o disparo acidental ou a abordagem violenta de cidadãos inocentes, gerando responsabilidade civil e penal para o Estado e para o agente (SOUZA; MINAYO, 2018). A qualidade do serviço, portanto, está intrinsecamente ligada à saúde mental de quem o presta; não há polícia eficiente com policiais doentes (IPEA, 2020).

A confiança da população nas forças de segurança é o alicerce do policiamento moderno e comunitário, pois uma comunidade que confia na sua polícia colabora com informações e respeita a autoridade sem a necessidade do uso da força, no

¹ Matrícula: 113180004 – Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – DANT_VIEIRA_DAN_PM@HOTMAIL.COM – Artigo apresentado a Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista – Orientador: Alexandre de Rezende Pinto.

entanto, o comportamento hostil ou apático decorrente do estresse ocupacional erode essa confiança, criando um distanciamento entre a polícia e a comunidade, especialmente em áreas vulneráveis onde a presença do Estado é mais necessária (ROLIM, 2018). Em Rondônia, onde a proximidade com a comunidade é essencial para o controle criminal em pequenas e médias cidades como Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, Jaru, esse distanciamento pode inviabilizar o trabalho preventivo (SESDEC, 2023).

A literatura aponta que a gestão da segurança pública deve incorporar indicadores de bem-estar da tropa como métrica de qualidade, entendendo que investir na saúde mental do policial é investir na qualificação do produto final entregue ao cidadão, programas de acompanhamento psicológico, escalas de serviço humanizadas e treinamento em gerenciamento de estresse não são "benesses", mas ferramentas estratégicas para a redução da letalidade policial e da vitimização de agentes (OLIVEIRA; CODO, 2019). A modernização da Polícia Militar passa, obrigatoriamente, pela valorização do capital humano e pela desconstrução do mito do "herói inabalável" (MINAYO, 2017).

É necessário reconhecer que a segurança pública de qualidade é construída por homens e mulheres reais, sujeitos às pressões do meio, e que a negligência institucional com o estresse ocupacional custa caro aos cofres públicos e à paz social, em um estado estratégico como Rondônia, garantir que o policial militar de trabalho com saúde mental equilibrada é garantir a efetividade do combate ao crime na fronteira e a proteção das famílias rondonienses, fechando o ciclo virtuoso da segurança cidadã (FBSP, 2024). A blindagem emocional da tropa deve ser, portanto, prioridade absoluta no planejamento estratégico das corporações policiais (SOUZA; MINAYO, 2018).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a complexa relação entre o estresse ocupacional vivenciado pelos policiais militares e a qualidade do serviço de segurança pública, com foco na realidade do município de Cacoal e do estado de Rondônia, ficando evidente, ao longo da revisão bibliográfica e da análise contextual, que a atividade policial na região é permeada por desafios singulares, incluindo a pressão do crime organizado transfronteiriço e a escassez de recursos, fatores que potencializam a vulnerabilidade psicossocial dos agentes.

Verificou-se que o estresse não é apenas um desconforto individual, mas uma patologia organizacional que corrói a estrutura da Polícia Militar, manifestando-se através de doenças físicas, transtornos mentais e comportamentos disfuncionais, a literatura confirmou que policiais submetidos a níveis críticos de estresse apresentam redução significativa em suas capacidades cognitivas e operacionais, o que impacta diretamente a tomada de decisão em ocorrências, elevando o risco de erros, abusos de autoridade e uso excessivo da força.

A repercussão na qualidade do serviço público é imediata e mensurável: a perda da empatia e o aumento da agressividade ou da apatia (fenômenos típicos do Burnout) afastam a comunidade da polícia, quebrando o elo de confiança necessário para a eficácia do trabalho preventivo e comunitário. Em Rondônia, essa quebra de confiança é particularmente danosa, dado o papel central que a Polícia Militar desempenha na manutenção da ordem em um território vasto e estrategicamente visado pelo crime.

Conclui-se, portanto, que a resposta para o problema do estresse ocupacional na Polícia Militar de Rondônia não pode ser apenas remediativa, focada no tratamento do policial já adoecido, mas deve ser eminentemente preventiva e estrutural, é imperativo que o Comando da Corporação e a Secretaria de Segurança implementem políticas de gestão de pessoas que incluam acompanhamento psicológico regular, revisão de escalas de trabalho exaustivas e programas de valorização profissional que vão além da remuneração, focando no reconhecimento e no bem-estar integral do militar.

Por fim, este trabalho reitera que cuidar de quem cuida não é um privilégio corporativista, mas uma estratégia inteligente de segurança pública. Somente com policiais mentalmente sãos, valorizados e motivados será possível entregar à sociedade de Cacoal e de Rondônia o serviço de segurança de excelência que a Constituição determina e que o cidadão merece. Sugere-se que pesquisas futuras realizem o levantamento de campo proposto no projeto original para quantificar estatisticamente a prevalência desses estressores na tropa local, validando empiricamente as conclusões teóricas aqui apresentadas.

4. REFERÊNCIAS

BEATO, C.; ZILLI, L. Sociologia da Violência e Segurança Pública. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

BENEDETTO, M. A. Burnout em policiais militares: uma análise psicossocial. São Paulo: Vetor, 2021.

¹ Matrícula: 113180004 – Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – DANT_VIEIRA_DAN_PM@HOTMAIL.COM – Artigo apresentado a Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista – Orientador: Alexandre de Rezende Pinto.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

COSTA, M.; SILVA, J. A influência do trabalho policial na dinâmica familiar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 14, n. 2, p. 120-135, 2020.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diagnóstico das condições de trabalho dos profissionais de segurança pública no Brasil. Brasília: IPEA, 2020.

LIPP, M. E. N. O stress do policial militar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

OLIVEIRA, A. L.; CODO, W. Estresse ocupacional: causas, consequências e estratégias de enfrentamento. Brasília: Editora da UnB, 2019.

OLIVEIRA, R. S. Desafios do policiamento na Amazônia Legal. *Cadernos de Segurança Pública*, Porto Velho, v. 5, n. 1, 2021.

ROCHA, A. A evolução histórica das Polícias Militares no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROLIM, M. A formação do policial e a confiança cidadã. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SESDEC. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA DE RONDÔNIA. Relatório anual de gestão e estatísticas criminais. Porto Velho: SESDEC, 2023.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Polícia e estresse: um estudo sobre saúde mental de policiais militares. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

¹ Matrícula: 113180004 – Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – DANT_VIEIRA_DAN_PM@HOTMAIL.COM – Artigo apresentado a Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista – Orientador: Alexandre de Rezende Pinto.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, o autor do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA ATIVIDADE POLICIAL, apresentado no âmbito da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), declaro, para os devidos fins, que:

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas (ou não foram utilizadas) ferramentas de Inteligência Artificial, conforme descrito a seguir:

● Ferramenta(s) utilizada(s):

() Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

(X) Houve utilização das seguintes ferramentas: LanguageTool (para correção do português) e Quilboot para análise de plágio. Os artigos foram pesquisados na Scielo, Google Acadêmico, e demais boletins, diretrizes e estudos direcionados.

● Finalidade(s) do uso (assinalar as opções aplicáveis):

() Exploração inicial de ideias

() Busca e/ou triagem de literatura

() Leitura assistida e/ou elaboração de resumos (com conferência humana) () Revisão

linguística e/ou apoio à normalização de referências

() Tradução técnica (com revisão humana)

() Geração de rascunhos ou sugestões iniciais de texto, posteriormente revisadas pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as)

() Organização ou estruturação do texto

() Apoio reprodutível à análise e/ou apresentação de dados (restrito à geração automatizada e reprodutível de tabelas, gráficos, figuras ou visualizações a partir de dados previamente analisados e interpretados pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as), sem substituição da análise científica humana)

() Programação (sugestão, depuração ou documentação de códigos)

() Transcrição (com anonimização): conversão literal, mediante autorização, de áudios ou vídeos em texto de entrevistas, aulas, reuniões ou palestras, com obrigatória revisão humana, anonimização e respeito aos direitos autorais, sendo vedada a identificação de voz ou outros dados biométricos

() Outros (especificar): _____

Declaro que a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial ocorreu exclusivamente como apoio, não substituindo a autoria intelectual humana. Todo o planejamento, a supervisão, a validação das informações, a interpretação dos dados e a redação final do trabalho são de inteira responsabilidade do autor.

Declaro, ainda, que o uso dessas ferramentas respeitou os princípios éticos da pesquisa acadêmica, não envolvendo práticas como plágio, fabricação ou manipulação de dados, nem qualquer procedimento que comprometa a integridade científica do trabalho.

Estou ciente de que a omissão ou a prestação de informações incorretas poderá implicar as providências acadêmicas cabíveis, conforme as normas institucionais vigentes.

Documento assinado digitalmente
 **DANILO VIEIRA DOS SANTOS**
Data: 12/04/2026 23:24:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DANILO VIEIRA DOS SANTOS
Juiz de Fora, 13 de abril de 2026.